

2

Os liberalismos e o Brasil

“A ordem é ao mesmo tempo aquilo que se oferece nas coisas como sua lei interior, a rede secreta segundo a qual elas se olham de algum modo umas às outras e aquilo que só existe a partir do crivo de um olhar, de uma atenção, de uma linguagem; e é somente nas casas brancas desse quadriculado que ela se manifesta em profundidade como já presente, esperando em silêncio o momento de ser enunciada.”
(Michel Foucault – As palavras e as coisas)

2.1

Algumas ideias de Brasil

A história de um país também emerge das ideias a ele vinculadas. Ensaaios, teses, romances, quadros e músicas carregam consigo, inapelavelmente, as marcas de uma época e de um lugar. Não se trata, por certo, da total subordinação entre pensamento e realidade social, como se cada conjuntura produzisse um ideário já predeterminado, ou do pleno idealismo, que subordine atos a ideias, mas do reconhecimento de que os conceitos também constituem o mundo. Eles são, de fato, determinados e determinantes, moldando a realidade ao mesmo tempo em que são por ela limitados. Borges retrata isso com precisão em seu conto “Pierre Menard: autor de Dom Quixote”. Ao reescrever literalmente o clássico espanhol, em pleno século XX, Menard produzia algo diverso, marca de um outro tempo: “O texto de Cervantes e o de Menard são verbalmente idênticos, mas o segundo é quase infinitamente mais rico (Mais ambíguo dirão seus detratores; mas a ambigüidade é uma riqueza) (...) Não transcorreram em vão trezentos anos, carregados de complexíssimos fatos. Entre eles, para mencionar um apenas: o próprio Quixote.”⁸.

O pensamento político-social brasileiro produziu, ao longo de sua história, inúmeras interpretações, relatos e planos sobre os rumos do país, constituindo um amplo conjunto de reflexões. Estas obras expressavam não somente as preocupações que atravessavam a esfera pública, como respondiam aos estímulos e condicionamentos dessa própria tradição de pensamento. Através do debate e de mútuas referências entre os autores é possível estabelecer linhagens que as

⁸ BORGES, Jorge Luis, *Obras Completas I*, págs. 495- 496.

atravessem, a partir do modo de tratar algumas questões persistentes. Como afirma Octavio Ianni:

“A respeito da multiplicidade de aspectos da realidade histórico-social abordados e da diversidade das orientações teóricas evidentes nos escritos, é possível observar a recorrência de alguns temas. São temas que se reiteram em diferentes autores, às vezes nos mesmos termos, mas com frequências enriquecidos com novos dados e elucidações.... Um exame crítico da maioria das interpretações revela que elas se aglutinam em certas orientações, linhagens ou famílias. Seriam vertentes predominantes, revelando tantos os desafios que se abrem no curso da história do país, alinhando-se segundos estilos de pensamento já constituídos ou em constituição.”⁹.

Não existe, contudo, uma identificação natural e objetiva entre as obras, mas sim distintos modos de relacioná-las, de organizar a história das ideias no Brasil, uma vez que o pensamento político é também um fato social, passível de múltiplas significações. A sua singular interação com o real, marcada pelo afã de nele influir, torna-o ainda mais arduamente classificável. Nas palavras de Wanderley Guilherme dos Santos:

“A ordenação do pensamento político-social brasileiro pode ser realizada (...) segundo diversos ângulos, em obediência aos interesses de investigação do historiador. Maior ou menor perícia será responsável pelo grau de persuasão que as histórias irão possuir. Importante a reter é que **não existe uma única história das ideias políticas e sociais no Brasil.** (GRIFOS NOSSOS).”¹⁰.

A definição das linhagens não deve, todavia, ignorar os vínculos sociais das idéias, os liames entre certas percepções e os grupos que as propalam. Ressonâncias entre conceitos e realidade podem não ser sempre imediatas, mas, necessariamente, ocorrem. Os distintos modos de inserção no mundo impõem-se para a adequada compreensão dos muitos “estilos de pensamento”¹¹, que não emergem apenas de brilhantes construções intelectuais, mas remetem, em última análise, às experiências e relações sociais do autor. Nas palavras de Mannheim: “... diferentes modos de interagir com o mundo estão, em última análise, no fundo dos diferentes modos de pensar. Esse movimento básico determina o caráter de um estilo de pensamento.”¹².

⁹ IANNI, Octavio, *Pensamento social no Brasil*, pág. 42-43.

¹⁰ SANTOS, Wanderley Guilherme dos, *Paradigma e História: A ordem burguesa na imaginação social brasileira*. In: *Roteiro Bibliográfico do pensamento político-social brasileiro*, pág. 65

¹¹ A expressão é de MANNHEIM, Karl, *Conservative Thought*, In: *Essays in sociology and social psychology*.

¹² “... different ways of approach to the world are ultimately at the bottom of different ways of thinking. This basic drive defines the character of a style of thought.” Ibidem, pág. 78. Tradução livre.

O reconhecimento de tradições intelectuais, sem esquecer a relevância da conjuntura para a compreensão das ideias, refere os ideários abordados ao momento presente e às discussões contemporâneas. Como no célebre conto de Borges sobre Kafka e seus precursores,¹³ a atualidade também dá sentido e forma a esse passado, não em uma apologia ao anacronismo, mas na percepção de que o presente condiciona e transmuta, invariavelmente, os momentos que o antecedem, criando sua própria tradição. Por integrarem os antepassados intelectuais de um autor, diversas obras são ressignificadas, a partir de um eixo que remete ao marco atual, ao suposto herdeiro da tradição “identificada”. Deste modo, ao tratar das referidas famílias e linhas do pensamento brasileiro, Gildo Marçal Brandão assevera: “... não apenas o objeto a ser investigado não é uma preciosidade arqueológica, mas também sua exposição não pode ser dissociada do debate contemporâneo, que lhe é momento e parte constitutiva.”¹⁴ Os pensadores não se restringem a meras expressões de uma realidade social, apesar da relevância desta para uma profunda percepção de suas contribuições. Com bem define Marilena Chauí:

“Entretanto, datas e períodos podem convidar a um novo equívoco, qual seja, o de estabelecer uma relação causal direta entre acontecimentos sócios-políticos e a constituição dos conhecimentos filosóficos, científicos e técnicos, ou a criação artística. Relação entre eles, sem dúvida, existe. Mas não é linear nem causal: ideias e criações podem estar em avanço ou em atraso com relação aos acontecimentos sócio-políticos e econômicos, não porque pensadores e artistas sejam criaturas fora do espaço e do tempo, mas porque tudo depende da maneira como enfrentam questões colocadas por sua época, indo além ou ficando aquém delas. Em resumo, a relação entre uma obra e seu tempo não é a do mero reflexo intelectual de realidades sociais dadas. Um pensador e um artista se dirigem aos seus contemporâneos, mas isto não significa que sejam, em suas ideias e criações, contemporâneos de seus destinatários. Captam as questões colocadas por sua época, mas isto não significa que sua época capte as respostas por eles encontradas ou criadas.”¹⁵

De fato, é justamente esta relativa desvinculação entre obras e contextos que torna relevante e instigante o estudo de autores de épocas outras, e permite identificar questões que, mesmo reformuladas, atravessam as reflexões em diversos momentos, delineando linhagens de pensamento. Não somente no sentido de que as soluções e questões de autores do passado revelam-se pertinentes à contemporaneidade, mas também porque as próprias tradições

¹³ BORGES, Jorge Luís, *Kafka e seus precursores*, In: *Obras Completas*, vol. II.

¹⁴ BRANDÃO, Gildo Marçal, *Linhagens do pensamento político brasileiro*, pág. 32.

¹⁵ CHAUI, Marilena, *Filosofia Moderna*, pág. 1.

intelectuais constituem um contexto fundamental. Autores não produzem a partir do nada, mas são amplamente instigados e determinados pelos trabalhos que os antecedem. Mesmo sem eventuais referências expressas, ou até mesmo conscientes, todo autor dialoga com seus predecessores. Mais do que vincular os autores a uma respectiva época, deve-se determinar de que modo este pensamento perdura, e continua relevante após a modificação do mundo no qual ele se inseria. Marx expressa tal ponto com precisão:

“... a dificuldade não está em compreender que a arte grega e a epopéia estão ligadas a certas formas de desenvolvimento social. A dificuldade reside no fato de nos proporcionarem ainda um prazer estético e de terem para nós, em certos aspectos, o valor de normas e modelos inacessíveis.”¹⁶.

Emerge, porém, outro problema: como definir estas tradições? Quais são os critérios de escolha dos intérpretes e obras mais relevantes? Pode-se escolher uma série de autores de menor impacto, a fim de evitar a excessiva vinculação entre um ideário e a ação iluminada de certos pensadores. Emergeriam mais claramente as condições necessárias para a produção de determinadas concepções de mundo, em detrimento de uma perspectiva mais elitista, que atribuiu apenas às grandes figuras o protagonismo nesta tarefa, ignorando a complexidade de tal processo¹⁷. Trata-se de concepção interessante e ainda escassamente explorada nos estudos sobre pensamento político-social brasileiro, porém incompatível com os limites do presente trabalho¹⁸. Outro caminho consistiria na escolha das obras mais influentes, dos autores que conformaram mais decisivamente as ideias e percepções sobre o Brasil. Perde-se um pouco a percepção do processo de gestação ideológico, mas, por outro lado, ressalta-se a centralidade de alguns clássicos no debate público brasileiro. A maior influência de obras por vezes

¹⁶ “But the difficulty lies not in understanding that the Greek arts and epic are bound up with certain forms of social development. The difficulty is that they still afford us artistic pleasure and that in a certain respect they count as a norm and as an unattainable model.” (MARX, Karl, *Grundrisse*, pág. 111) – Tradução de Gildo Marçal Brandão.

¹⁷ Uma contribuição fundamental, neste sentido, se encontra em GINZBURG, Carlos, *O queijo e os vermes*. Ginzburg trata dos autos do processo de Menocchio, um desconhecido moleiro, que foi julgado pela Inquisição em virtude de sua particular cosmologia, a qual retratava o mundo como um queijo apodrecido e os homens como os vermes que dele emergiam. O autor mostra a relevância das tradições culturais, a imersão do indivíduo em um complexo quadro de referências, as vezes pouco definida, que condicionam suas construções e ideias. As grandes modificações no campo dos conceitos não decorrem apenas da atuação quixotesca de grandes figuras, mas também da recepção de tais contribuições por diversos indivíduos, que fazem dos paradigmas culturais uma construção necessariamente coletiva.

¹⁸ A dissertação não pretende propor novos marcos para o pensamento político-social brasileiro, mas apenas caracterizar um determinado ideário, a partir da sua inserção nesta tradição de pensamento.

classificadas como "pré-científicas", em detrimento de outras mais afeitas às metodologias "modernas", mesmo na opinião de figuras inseridas na institucionalidade acadêmica,¹⁹ levanta uma série de questões sobre as atuais formas de expressão das ciências sociais e as ressonâncias da produção de conhecimento.

O presente trabalho abordará as permanências, que permitem delinear certas linhagens do pensamento político brasileiro, tomando os clássicos destas tradições como eixo explicativo. O objetivo não é esgotar as referidas tradições, em amplo inventário das obras de referência de cada uma, nem mesmo reduzir a riqueza da produção intelectual brasileira a uma reiteração de questões. Não se pretende, portanto, advogar a plena identificação entre os autores e as tradições abordadas. Elas são, como anteriormente afirmado, apenas um modo de retratar a história do pensamento político brasileiro. A complexidade das obras ultrapassa os modelos e, por vezes, nos deparamos com uma postura híbrida em relação às categorias, com afinidades entre supostos antagonistas e posturas contraditórias, uma vez que a coerência é, quase sempre, característica que o senso comum imputa ao pensamento. Todavia, se as classificações implicam certa dose de simplificação, e até mesmo de arbitrariedade, elas são fundamentais para uma melhor compreensão do elemento a ser estudado. As categorias expressivas não são completamente externas ao objeto, em mero nominalismo, mas decorrem da própria interação das ideias com o mundo, conformando os objetos ao mesmo tempo em que por eles são modificadas, e exprimindo os modos pelos quais as ideias produzem o real e são por ele produzidas. Antes que retratar modelos permanentes de compreensão da realidade brasileira, procura-se aqui expressar o modo pelo qual alguns dos principais intérpretes da história brasileira interagiram com a realidade, ou ao menos com a sua representação deste real. As linhagens referidas definem-se em meio ao confronto, derivando do dissenso entre ideias, interpretações e práticas políticas distintas.

O termo pensamento político-social brasileiro também merece breves comentários. Talvez a denominação mais rica seja a adotada por Wanderley Guilherme dos Santos em alguns dos seus estudos da década de 1960: imaginação

¹⁹ Sobre isso ver BRANDÃO, Gildo Marçal, *Linhagens do pensamento político brasileiro*, págs. 24-25.

político-social brasileira ou imaginação política brasileira²⁰. Os dois podem ser utilizados como sinônimos, uma vez que toda reflexão política impõe algum tipo de referência e implica a assunção de determinadas concepções de sociedade. O vocábulo ‘imaginação’, ademais, evita restringir o material trabalhado, as interpretações e reflexões sobre a política brasileira, a um razão marco meramente formal, seja através de regras metodológicas ou de regimes institucionais. Wanderley Guilherme ressalta a multidisciplinariedade das abordagens, a ausência de pesquisa exaustiva, o esforço de racionalização e coerência e o duplo papel, de interpretação do passado e guia de conduta para o futuro, que pautam a obra destes avaliadores políticos, de origens profissionais diversas, os quais “dispõem amplamente do poder de transformar uma opinião privada em crença pública”²¹. A presente terminologia, assim como seu menos lírico sinônimo pensamento político-social brasileiro, também impede que os estudos sobre as reflexões teórico-políticas brasileiras fiquem restritos àqueles intérpretes que as estruturam aos moldes mais acadêmicos. A práxis se situa no centro do pensamento político. Ele não é limitado à filosofia política, de modo a desconsiderar discursos parlamentares, programas partidários e manifestos, como material deste tipo de estudo²². Os textos denominadamente ‘políticos’ revelam-se, por vezes, menos relevantes que produções artísticas. Machado de Assis constrói um dos mais profícuos quadros políticos do século XIX, assim como é a partir de “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, que se inaugura um novo modo de interpretação da realidade brasileira²³. Como assevera Raymundo Faoro: “Em certos momentos, o pensamento político se expressa melhor na novela do que no discurso político, mais na poesia do que no panfleto de circunstância. Repele as especializações, expandindo-se em todas as manifestações culturais...”²⁴.

Wanderley Guilherme identifica três formas majoritárias de análise do pensamento político-social brasileiro: a matriz institucional, a sociológica e a ideológica. A primeira toma por critério central os avanços organizacionais e

²⁰ Os trabalhos referidos são: SANTOS, Wanderley Guilherme dos, “*Raízes da imaginação política brasileira*”, In: *DADOS* 7, e idem, “*A imaginação político-social brasileira*” In: *DADOS* 2/3.

²¹ SANTOS, Wanderley Guilherme dos, “*Raízes da imaginação política brasileira*”, In: *DADOS* 7, pág. 137.

²² FAORO, Raymundo, *Existe um pensamento político brasileiro?*

²³ SANTOS, Wanderley Guilherme dos, “*Raízes da imaginação política brasileira*”, In: *DADOS* 7, pág. 150.

²⁴ FAORO, Raymundo, *Existe um pensamento político brasileiro?*, pág. 41.

institucionais da ciência social no Brasil. Deste modo, instaura-se uma cisão entre os trabalhos anteriores e posteriores a chegada das “modernas técnicas de pesquisa social”, ou nas palavras do autor: “... segue-se que a exposição da história do pensamento político-social brasileiro é extremamente simples: até o segundo quartel do século XX produziram-se ensaios sobre temas sociais, a partir de então produziu-se ciência.”²⁵.

A matriz sociológica, por sua vez, vincula mais ou menos intensamente os modos de expressão do pensamento às modificações econômico-sociais, indo do completo determinismo até a percepção do fino jogo de interações existentes entre essas duas searas. De todo modo, a evolução das reflexões sobre o Brasil estaria, para esta corrente, vinculada à própria marcha da sociedade brasileira.

Por fim, a perspectiva ideológica interpretaria as obras do pensamento social em sua construção conceitual própria, independente da empiria da realidade social, sem, entretanto, ignorá-la. Guerreiro Ramos, por exemplo, toma o método de elaboração conceitual como modo de distinção entre os autores, dividindo-os entre indutivos e dedutivos.

Wanderley Guilherme adota a terceira perspectiva, agrupando as produções a partir da “evidência empírica mais simples, em função do conteúdo manifesto dos trabalhos publicados.”²⁶. A partir deste ponto, ele identifica não somente a profunda vinculação entre as questões debatidas e os problemas relevantes da história nacional como defende a tese, posteriormente abordada de modo mais detalhado, de que o principal problema das elites intelectuais e políticas no Brasil é a implantação de uma ordem liberal burguesa²⁷.

A distinção mais comumente seguida, embora esteja distante de ser a única, decorre da postura dos pensadores em relação a recepção das ideias e fórmulas estrangeiras e aos modos de constituição do moderno no Brasil. Ela remete a dicotomia proposta por Oliveira Vianna, que dividia os intérpretes do Brasil entre idealistas orgânicos e idealistas constitucionais,²⁸ sendo os primeiros partidários de uma organização política que derivasse da sociedade, com as

²⁵ SANTOS, Wanderley Guilherme dos, *Paradigma e História: A ordem burguesa na imaginação social brasileira*, In: *Roteiro Bibliográfico do pensamento político-social brasileiro*, pág. 65

²⁶ *Ibidem*, ver pág.

²⁷ Para uma crítica da perspectiva de Wanderley Guilherme ver: LAMOUNIER, Bolívar, *Formação do pensamento político autoritário na primeira república*. In. *História Geral da Civilização Brasileira*, volume IX.

²⁸ VIANA, Oliveira, *O Idealismo da Constituição*.

formas constitucionais profundamente ligadas à trajetória histórica da sociedade brasileira, ao passo que os demais seriam adeptos de uma “política silogística”, adaptando o Brasil às doutrinas estrangeiras, e não o inverso. Não se pode esquecer que se trata da visão de uma das partes em disputa, que em muito caricaturiza o lado adverso a fim de reforçar seu argumento. As classificações mais contemporâneas remetem em grande medida a esta divisão, mesmo ante denominações diversas, como a de Luiz Werneck Vianna,²⁹ que trata de iberismo e americanismo, e Wanderley Guilherme dos Santos,³⁰ autoritarismo instrumental e liberalismo doutrinário.

A dicotomia ibéricos-americanos identifica as referências político-culturais de cada autor, a tradição mais próxima às suas reflexões. A clivagem se estabelece a partir da valoração da história brasileira, dos modos de percepção do seu legado. Relevante é a distinção que passa pela convivência entre os institutos políticos estrangeiros e a realidade nacional, indaga-se sobre a possibilidade de uma ordem construída com base em experiências exógenas, sem passar pela tradição que caracteriza o país. Ibéricos, neste sentido, seriam os mais próximos da tradição, os que concebem a política em virtude da trajetória histórica brasileira e de uma leitura pretensamente realista do social. Os americanos, de outro modo, identificam nos institutos anglo-saxões as opções políticas mais adequadas a qualquer tipo de sociedade. A política pode moldar o social, a partir dos homens e modelos corretos.

A disjunção entre liberais doutrinários e autoritários instrumentais, por sua vez, valoriza os modos de concretização do moderno no Brasil. A ordem burguesa seria um fim comum às duas correntes, a grande questão passa pelas formas de concretizá-la. Os autores se distinguem através dos meios, não dos fins. Liberais doutrinários, destarte, seriam os defensores de uma direta implantação das instituições burguesas. Não obstante o descompasso com a história nacional, somente a partir de uma plena adesão aos conteúdos burgueses pode-se, finalmente, alcançar o desenvolvimento. Os autoritários instrumentais, distintamente, concebem como impossível a direta inserção do paradigma liberal no Brasil. Impõe-se uma mediação, a ser realizada por um Estado pedagógico,

²⁹ VIANNA, Luiz Werneck, *Americanistas e Iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos*, In: *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*.

³⁰ SANTOS, Wanderley Guilherme, *A práxis liberal no Brasil*, In: *Décadas de espanto e uma apologia democrática*.

que determinaria os requisitos necessários para o sucesso de tal empreitada. A compleição do povo e o passado antiliberal seriam obstáculos intransponíveis por meios apenas liberais, de modo que somente através de um interregno autoritário, marcado por um Estado forte e centralizado, poder-se-ia alcançar a plena vigência da ordem burguesa ³¹.

As associações entre iberismo e autoritarismo instrumental, assim como entre americanismo e liberalismo doutrinário, não são necessárias, mesmo que naturais e intuitivas. Pode-se, eventualmente, argumentar a separação entre as classificações, a depender dos tipos de interação entre as linhagens e as épocas de cada formulação. As convergências, de todo modo, permitem uma geral vinculação entre os pares supracitados, de forma que o presente trabalho os utilizará indistintamente, exceto nos raros momentos de distância entre tais conceitos, os quais serão expressamente identificados.

2.2

A tradição ibérica

O iberismo seria caracterizado pela valorização da matriz da ibérica, a partir da crença na tradição como o caminho para a ordem e o moderno. As peculiaridades da formação latino-americana impediriam a escolha dos caminhos percorridos nos países centrais. Faz-se necessário um novo percurso, com novas instituições, para que não se incorra na anarquia ou na estagnação. O Estado tem um papel central nessa trajetória, haja vista sua anterioridade em relação a sociedade. Em sequência distinta da europeia, e mesmo da norte-americana, a presença do Estado sempre antecedeu e ordenou a sociedade, impedindo que a ausência de vínculos cívicos e sociais e a desproporção entre reduzida população e imensidão de terras resultasse na desordem. José Murilo de Carvalho explicita:

“O iberismo pode ser entendido, negativamente, como a recusa de aspectos centrais do que se convencionou chamar de mundo moderno. É a negação da sociedade utilitária individualista, da política contratualista, do mercado como regulador das relações econômicas. Positivamente, é um ideal de sociedade fundado na cooperação, na incorporação, no predomínio do interesse coletivo sobre o individual, na regulação das forças sociais em função de um objetivo comunitário.” ³².

³¹ Todos estes conceitos serão posteriormente retomados de modo mais detalhado.

³² CARVALHO, José Murilo, *A Utopia de Oliveira Viana*, In: *Pontos e Bordados: escritos de história e política*, pág. 214.

Pode-se distinguir, na seara desta tradição, entre iberistas instrumentais, a grande maioria, e ideológicos. As distinções primordiais se fundam na visão da cultura anglo-saxã, especialmente a norte-americana, e no papel dos pensadores nacionais na construção desta tradição ibérica. Enquanto os instrumentais não atribuem uma visão necessariamente negativa aos anglo-saxões, os ideológicos se opõem aos valores materiais inerentes a estas culturas, evocando Ariel,³³ “que nega os valores da cultura material e se reconhece como parte de um ocidente espiritualizado que o capitalismo põe em situação de ameaça.”³⁴ ³⁵. Ademais, os chamados iberistas instrumentais eram, em geral, partidários da construção própria de um modelo político, enquanto os ideológicos remetiam a uma pura herança, sempre vinculada às suas origens europeias. Um bom exemplo deste iberismo como tradição histórica que antecede a própria América e é por vezes retratado como herança, porém sem recair em um aristocratismo arielista, é o livro de Richard Morse, “O espelho de Próspero”, no qual o iberismo surge como alternativa às limitações da modernidade hegemônica.

Nos autores afeitos a este iberismo autóctone, por outro lado, o modelo de civilização anglo-saxã era constantemente apontado como o mais bem estruturado. Grandes representantes desta linhagem defendem tal ponto, como o Visconde de Uruguai, que asseverava a necessidade do Brasil passar pelo modelo francês para um dia alcançar o inglês, e Oliveira Viana, ao menos em sua primeira fase, que não escondia sua admiração pelas instituições inglesas e americanas. A questão não era qualidade em si das instituições liberais, ou sua adequação aos países que as gestaram, mas a inconformidade destas à realidade brasileira:

³³ A menção a Ariel é clássica na ensaística latino-americana. Trata-se de referência a obra de William Shakespeare, *A Tempestade*, redigida quando da chegada de Colombo à América. Shakespeare retrata dois espíritos, Ariel e Caliban, que se emancipam de seu senhor, Próspero, mas continuam aprisionados em sua língua e seu mundo. Ariel representa a espiritualidade e os “elevados” desígnios, ao passo que Caliban se vincula aos baixos instintos e prazeres. Referências a Ariel vêm, em geral, carregadas de marcas elitistas, enquanto as citações de Caliban se aproximam que análises que defendem a centralidade das massas no processo político. No pensamento político brasileiro, em especial, as menções se proliferaram nos autores classificados como autoritários ou partidários de uma ideologia de Estado, na primeira metade do século XX. (ver LAMOUNIER, Bolívar, *A formação do pensamento político autoritário na primeira república*. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, volume IX.)

³⁴ VIANNA, Luiz Werneck, *Americanistas e Iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos*, In: *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*, pág. 154.

³⁵ O grande nome deste iberismo ideológico foi o ensaísta uruguaio José Enrique Rodó, autor do clássico Ariel. No Brasil um nome importante foi Eduardo Prado, autor de *A ilusão americana*. Quanto a Morse, pode-se melhor compreendê-lo a partir do seu debate com Simon Schwartzman em: SCHWARTZMAN, Simon, *O espelho de Morse*, SCHWARTZMAN, Simon, *O espelho de Morse*, e MORSE, Richard, *A miopia de Schwartzman*.

“O idealismo republicano falhou, desta arte, logo no início da sua experiência constitucional, porque eram completamente hostis a qualquer surto idealista as circunstâncias do momento histórico que envolveram os primeiros anos do novo regime. Mesmo, porém, que essas circunstâncias lhe fossem favoráveis, ainda assim a bela ideologia da Constituinte teria que fracassar da mesma forma, senão imediatamente como aconteceu, pelo menos com o correr dos tempos, à medida que se fosse acentuando o desacordo entre seus princípios de as condições metais e estruturais do nosso povo.”³⁶.

Ou ainda:

“Herdamos a centralização da monarquia portuguesa. (...) Não tínhamos, como a formaram os ingleses por séculos, como a tiveram herdada os Estados Unidos, uma educação que nos habilitasse praticamente para nos governarmos nós mesmos; não podíamos ter adquirido os hábitos e o senso prático para isso necessários.”³⁷.

Mais do que natural, é necessária a existência de um Estado a, de acordo com a tradição ibérica, organizar e estruturar esta sociedade desfibrada. A realidade brasileira clama por uma situação na qual “o governo devia adotar atitude pedagógica em relação ao autogoverno.”³⁸. Emerge o paradigma do Estado pedagógico, que não seria um fim em si mesmo, mas uma etapa necessária à implantação das liberdades políticas plenas. A tradição ibérica, com seus imperativos de ordem, se conjuga a defesa de um autoritarismo instrumental, a partir da reiterada crença na minoridade do povo. As explicações para tal fenômeno divergem, indo desde a ausência da “township” americana, em Uruguai, até a conjugação entre ordenação interna e anomia externa promovida pelo latifúndio, em Viana, mas o diagnóstico de uma sociedade carente de um tutor persiste.

O conservadorismo imperial foi terreno fértil para esta crença. Composta por figuras cuja principal preocupação era a construção da ordem monárquica³⁹ e a garantia da unidade territorial e política, a elite conservadora construiu uma visão do processo político que sacrificava os direitos civis em prol dos políticos, amparada na ideia de que só um Estado forte poderia impedir a anarquia e fragmentação territorial, que então imperava nas jovens repúblicas latino-americanas. A influência primordial vinha de terras francesas, mas do liberalismo

³⁶ VIANA, Oliveira, *O idealismo da Constituição*, pág.36.

³⁷ SOUSA, Paulino José Soares de, *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, In: *Visconde do Uruguai*, pág. 429.

³⁸ CARVALHO, José Murilo, *Entre a autoridade e a liberdade*, In: *Visconde de Uruguai*, pág. 35,

³⁹ Sobre os meandros deste processo ver CARVALHO, José Murilo, *A Construção da Ordem*.

conservador da restauração e da monarquia de julho, que, com sua preocupação em conter os excessos da revolução francesa, buscava “resgatar a política do domínio da paixão a que a tinham confinado os homens de 1789, e recolocá-la dentro do círculo da razão”⁴⁰. Guizot, Thiers e Renan davam o tom das sessões do Conselho de Estado e do Senado vitalício, principais centros de formulação da política imperial. O regime, que na forma se assemelhava ao parlamentarismo inglês, era temperado com instituições e ideias deste liberalismo conservador francês. Faoro assevera:

“Na verdade, o governo parlamentar, tal como o exerce Pedro II, preocupado em exercer a suprema inspeção administrativa, guardar um círculo de ação própria do poder sem responsabilidade ministerial e de nomear e demitir os ministros, embora excepcionalmente e com cautelas, não corresponde ao sistema em curso na Inglaterra, imã, ao mesmo tempo, das vontades e teorias. Parlamentarismo dualista, filho da monarquia limitada, traduzia, não o palco bretão, mas as vicissitudes da restauração francesa (1814-1830) e da monarquia de julho (1830-1848), sujeito aos mesmos desafios, vítima de iguais cóleras e decepções. Seguiu, embora imitasse o parlamentarismo inglês, na verdade, o rumo oposto, de exercício pleno do Poder Moderador, que, de arma de reserva, pela continuidade, atuava como rotina do regime.”⁴¹.

As próprias instituições do Império já o denunciavam. O poder moderador, formulado por Benjamin Constant, vinculava os dois principais partidos ao poder pessoal do imperador, que caracterizava toda a estrutura política do Segundo Reinado. Em detrimento da tese de Thiers, de que o rei reina e não governa, vigorava o sistema de Guizot, para quem “o rei não se distingue do ministério”⁴², ou, em melhor forma, a versão bem nacional de Itaboraí: “o rei reina, governa e administra”⁴³.

Outra tese central era a necessidade da centralização, política e administrativa. Inspirados por Tocqueville, mas interpretando-o à luz das condições pátrias, os saquaremas modificavam a organização política proposta pelo francês, que defendia, à moda americana, a centralização política combinada à descentralização administrativa. Uruguai admirava o modelo, mas argumentava a necessidade de sua implantação gradual. A centralização política era intocável, mas a administrativa deveria ser aos poucos implantada. O país ainda não estava

⁴⁰ CARVALHO, José Murilo, *A Utopia de Oliveira Viana*, In: *Pontos e Bordados: escritos de história e política*, pág. 214.

⁴¹ FAORO, Raymundo, *Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro*, pág. 393.

⁴² *Ibidem*, pág. 395.

⁴³ *Ibidem*, pág. 403.

preparado para tal tipo de instituições liberais. Algum tipo de mediação fazia-se necessário.

O iberismo encontra mais uma encarnação em parte da tradição do pensamento político autoritário, gestada na primeira república. Não obstante a presença de certo autoritarismo instrumental no ideário saquarema do segundo reinado, a definição de uma ideologia plenamente autoritária ocorre com autores como Oliveira Viana, Alberto Torres, Francisco Campos, Azevedo Amaral, dentre outros.⁴⁴ Na verdade, trata-se da conjunção entre um cenário internacional amplamente refratário aos valores democráticos⁴⁵ e a longa tradição ibérica supracitada. Ao lado dos construtores da ordem imperial e dos liberais conservadores franceses surgem novas referências, que vão do organicismo romântico ao positivismo, passando pelo pensamento conservador católico e pelo elitismo, sem falar nos teóricos dos inúmeros regimes autoritários europeus, como Carl Schmitt e Del Vecchio. Bolívar Lamounier vincula essas vastas referências às “duas metades do organicismo romântico”. Ele explicita:

“Mas em todo o seu percurso o organicismo romântico manteve uma unidade contraditória de duas metades, uma conservadora e outra revolucionária. Na segunda metade do século, notadamente a partir de 1870, a metade conservadora funde-se com o positivismo, dando como resultado a sociologia histórico-organicista à la Gumpłowicz, cuja influência sobre os críticos elitistas da democracia liberal – Mosca, Pareto e Michels – é bem conhecida. A metade revolucionário inspira-se no aspecto fáustico, criador, carismático, esteticista, do Romantismo. Sua tradução no plano política é invariavelmente voluntarista, mobilizante, quer na deificação fichtiana da Nação de do Estado, quer em sua forma anarquista, quer, finalmente, no mito soreliano. A ideologia fascista italiana se configura, precisamente, na junção destas duas correntes, com a contribuição adicional da psicologia coletiva de Tarde, Sighele e Le Bon, e das diversas modalidades de anti-intelectualismo e anti-racionalismo do fim do século: Bergson, Nietzsche e William James.”⁴⁶

A absorção destas idéias não ocorreu acriticamente, mas se vinculou aos problemas e novas questões colocadas ante estes autores. Se a preocupação do Império se concentrava, primordialmente, na unidade e estabilidade do regime, com o advento da república, a intensa urbanização e a progressiva instauração de uma sociedade de massas no Brasil, a questão da legitimidade reveste-se de uma nova importância. Neste sentido:

⁴⁴ LAMOUNIER, Bolívar, *A Formação de um pensamento político autoritário na primeira república. Uma interpretação*, In: *História geral da Civilização brasileira*, volume nove, pág. 371.

⁴⁵ HOBSBAWN, Eric, *A Era dos Extremos*.

⁴⁶ LAMOUNIER, Bolívar, *Formação de um pensamento político autoritário na primeira república. Uma interpretação*, In: *História geral da Civilização brasileira*, volume nove, pág. 390.

“Pois bem: a absorção deste mundo de ideias na ideologia estatal-centrista brasileira se deu através de uma acentuação do elemento positivista e dos aspectos conservadores da linguagem organicista. Dentro desta perspectiva, é palpável a adequação da metáfora organicista para expressar uma visão conservadora do próprio processo de mudança que se pretende acionar, ressaltando a perdurabilidade do passado no presente, a concepção do crescimento e da mudança como desenvolvimento de um princípio interno contido na origem, a indispensável maturação do corpo social antes da efetivação de reformas ou enxertos institucionais.”⁴⁷

Algumas das novas teorias remetem aos antigos princípios ibéricos dos liberais conservadores. O horror ao conflito, a recusa ao indivíduo e ao mercado como princípios reguladores da sociedade, a defesa de um Estado centralizado e forte para organizar a sociedade, a crença na imaturidade das massas, que as fazem cortejar a anarquia, dentre outras teses encontram aqui novas configurações. Bolívar Lamounier elenca oito componentes desta estrutura autoritária, delineando uma “ideologia de Estado” na primeira metade do século XX⁴⁸:

1. Predomínio do princípio “estatal” sobre o princípio de “mercado”;
2. Visão orgânico-corporativa da sociedade;
3. Objetivismo tecnocrático;
4. Visão autoritária do conflito social;
5. Não-organização da “sociedade civil”;
6. Não-mobilização política;
7. Elitismo e voluntarismo como visão dos processos de mudança política;
8. O Leviatã benevolente.

Impõem-se, todavia, algumas distinções, para evitar uma demasiada simplificação do ideário autoritário. Se as similaridades são muitas, de modo a possibilitar sua reunião em um mesmo estilo de pensamento, não são menores as divergências entre os autores. Cabe, por exemplo, uma distinção entre as distintas vertentes do autoritarismo brasileiro, de modo a separá-los enquanto autoritários

⁴⁷ Ibidem, pág. 390.

⁴⁸ Ibidem, pág. 386.

instrumentais, ideológicos e naturalistas⁴⁹. Os últimos, representados, sobretudo, pelos integralistas, defendiam o regime autoritário em virtude das diferentes capacidades políticas de cada homem. Somente alguns seriam aptos para o exercício do poder, o que torna a democracia um regime antinatural. Os ideológicos, como é o caso de Francisco Campos e Azevedo Amaral, vinculam a necessidade dos modelos autoritários ao processo histórico, em especial a plena instauração das relações sociais modernas. A sociedade de massas radicaliza os conflitos, tornando-os incontroláveis pelas dinâmicas liberais do mercado e do parlamento. Explicitam-se neste ponto, muito claramente, as questões candentes para tais pensadores. De todo modo, o autoritarismo não seria fenômeno transitório, mas tendente a perdurar e até mesmo se intensificar com o devir histórico. Os autoritários instrumentais, por fim, entendem o recurso ao autoritarismo como medida transitória, em geral justificada pela formação histórica e situação contemporânea da sociedade brasileira. Não se trata do melhor regime, mas do mais adequado, até o desenvolvimento dos laços sociais e cívicos na realidade nacional. As sociedades não apresentariam formas naturais de desenvolvimento, precisando antes ser guiadas. Nesta linha se destacam Oliveira Viana e Alberto Torres⁵⁰.

Nem todas as vertentes autoritárias estão inseridas na linhagem ibérica. Os autoritários ideológicos e naturalistas não compreendem a dinâmica política a partir da tradição, nem vinculam sua argumentação à especificidade da sociedade brasileira. A ruptura é uma marca das suas obras, não a retomada de qualquer construção teórica anterior. O realismo, aspirante a uma percepção objetiva da realidade brasileira, não afasta a desterritorialidade dos argumentos, amparados na configuração das sociedades modernas, não em uma peculiaridade nacional. O autoritarismo não decorre da tradição ibérica, mas da gestação de uma nova ordem mundial, na qual o Brasil se insere. Em que pese a coincidência de algumas teses, o escopo geral dos ideários é amplamente diverso.

Os autoritários instrumentais, por outro lado, são herdeiros diretos desta tradição saquarema. As referências às elites imperiais são constantes e repletas de elogios aos grandes nomes do liberalismo conservador, como Bernardo Pereira de

⁴⁹ SANTOS, Wanderley Guilherme, *A práxis liberal no Brasil*, In: *Décadas de espanto e uma apologia democrática*, págs. 43-46.

⁵⁰ Muitas destas teses podem ser também atribuídas a algumas correntes liberais, ponto que será posteriormente tratado.

Vasconcelos, José Bonifácio e o Visconde do Uruguai ⁵¹. A tradição determina os percursos mais adequados, pois as instituições devem decorrer das condições materiais e históricas do país, pautadas pelo realismo, em detrimento do fetichismo formal dos liberais. Não há possibilidade de ordem fora do Estado, único capaz de evitar os descaminhos das massas, ainda despreparadas para a vida democrática. As soluções antiliberais não seriam as melhores, mas as únicas possíveis ante o presente estágio da sociedade brasileira. Configura-se, muito claramente, a persistência de uma tradição ibérica no pensamento social brasileiro. José Murilo de Carvalho afirma:

“...vários pontos centrais do pensamento de Oliveira Viana enraizavam-se na tradição brasileira e não na estrangeira. Ele mesmo reconhecia sua dívida com alguns de seus predecessores, particularmente com Alberto Torres e Sílvio Romero. Mas creio que deita raízes numa família intelectual que antecede de muito Sílvio Romero e que tem longa descendência. Falo de uma linha de pensamento que começa com Paulino Jose Soares de Sousa, o visconde de Uruguai, passa por Sílvio Romero e Alberto Torres, prossegue com Oliveira Viana, e vai pelo menos até Guerreiro Ramos.” ⁵².

Ao lado da sociologia de Le Play, da antropologia física e da psicologia coletiva de Le Bon, tinha grande presença entre as fontes de Oliveira Viana a história intelectual brasileira, em muito vinculada à influência direta de Alberto Torres, claro membro da linhagem ibérica ⁵³. As referências exógenas eram sempre filtradas a por uma determinada percepção da realidade brasileira, em reiterada reinvenção de conceitos. As semelhanças, entretanto, não anulam as claras distinções entre os autores. Um ponto os afastava necessariamente, já que, como destaca José Murilo de Carvalho:

“Oliveira Viana absorveu muitos temas do liberalismo conservador do Império. (...) Mas teríamos com sua inclusão nesta corrente esgotado o conteúdo de sua obra? Certamente que não. Se são muitos os pontos de contato, não são menores suas divergências. Os liberais conservadores eram exatamente isso, liberais conservadores. Seu conservadorismo não eliminava o liberalismo. Seu modelo de sociedade, ou sua utopia política, continuava sendo a sociedade liberal e a política liberal.” ⁵⁴.

⁵¹ Um bom exemplo é VIANA, Francisco José de Oliveira, *O Ocaso do Império*.

⁵² CARVALHO, José Murilo, *A Utopia de Oliveira Viana*, In: *Pontos e Bordados: escritos de história e política*, pág. 214.

⁵³ A introdução de José Murilo de Carvalho a Populações Meridionais do Brasil, editada na coletânea *Intérpretes do Brasil*, volume I, organizada por Silviano Santiago, explicita as principais referências de Oliveira Viana:

⁵⁴ CARVALHO, José Murilo, *A Utopia de Oliveira Viana*, In: *Pontos e Bordados: escritos de história e política*, pág. 213.

Distintamente dos saquaremas, todos os autoritários eram manifestamente antiliberais, quando das formulações de propostas política para o presente.. Mesmo os autoritários instrumentais, como Oliveira Viana, que elogiavam as sociedades liberais anglo-saxãs, afastavam qualquer resquício desta trajetória de concretização do moderno em terras brasileiras. O Brasil está vinculado a sua tradição ibérica, e não se trata sempre de um iberismo enquanto meio, mas de uma tradição ibérica que por vezes transcende os recursos ao autoritarismo. O último Oliveira Viana, por exemplo, o formulador do corporativismo estadonovista, vislumbra o progresso, mas somente como processo inevitável a ser dirigido pelo tradicional. As instituições modernas necessitam do filtro da tradição, do Estado. Werneck Vianna expõe: “Ibéria, agora, plena e que não se nega ao moderno, à condição de submetê-lo à tradição (...) A fim de sobreviver, a tradição pátria precisa pôr a modernização sob sua administração política ...”⁵⁵. Os liberais conservadores aderiam ao iberismo apenas como meio, etapa imprescindível da civilização pátria, ao passo que os teóricos autoritários da primeira república, em especial Oliveira Viana e Alberto Torres, nem sempre o restringiam a mero instrumento, mas afirmavam-no como ideal de civilização ibérica a ser alcançada. A qualificação de autoritários instrumentais, acima referida, não coincide necessariamente com o iberismo dos autores, que por vezes concebem a tradição ibérica como algo mais que um meio. As modulações internas às obras, como a distinção entre um primeiro Oliveira Viana, autoritário instrumental, e um Oliveira Viana corporativista, mais afeito a outras soluções políticas, devem ser mais detidamente analisadas. Tal tarefa, todavia, transcende os limites da presente dissertação.

Certamente, é possível acrescentar outros atores a esta linhagem ibérica. Os positivistas, por exemplo, advogam concepções de Estado e política bem próximas das anteriormente expostas. A acrimônia ao dissenso, a crítica ao individualismo liberal em prol do conceito de pessoa, derivado da tradição católica, e a defesa de um Estado tutelador não escondem sua filiação ao

⁵⁵ VIANNA. Luiz Werneck, *Americanistas e Iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos*, In. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*.

iberismo.⁵⁶ Mesmo os modernos analistas estão repletos de filiações às tradições ibérica e americana. Como bem explicita Gildo Marçal Brandão:

“...não será surpresa constatar que , sem deixar de representar um notável avanço de absorção dos “avanços metodológicos” da ciência social internacional, os(a maioria dos) trabalhos mais importantes que foram publicados no País nas últimas décadas sobre eleições, partidos e sistemas partidários, governo, instituições e políticas públicas, podem ser enquadrados em uma ou em outra orientação.”⁵⁷.

O escopo desta exposição não é, certamente, promover uma ampla reconstrução da tradição ibérica, mas retratar as principais ideias de uma das linhas mais influentes, talvez a mais influente, do pensamento político-social brasileiro. A exposição desta linhagem, portanto, não mais se alongará.

2.3

A tradição americana

Em oposição a linhagem ibérica, pode-se delinear uma outra tradição, a americana. Com raízes nos luzias do Império, como Tavares Bastos e Cairu, esta linhagem não acredita na necessidade de mediações não-liberais para a implantação do liberalismo no Brasil. A herança ibérica representaria o atraso, a opção por um caminho fadado ao fracasso. O moderno requer a negação da tradição, a instauração de instituições adotadas nos países mais avançados. Não é possível qualquer tipo de progresso que passe apenas pelo social, restrito a mera reprodução dos valores vigentes. A conformação ao existente, a absoluta vinculação entre política e sociologia, representa a reiteração do atraso e a negação de qualquer processo real de transformação. A política deve moldar a sociedade e a mudança precisa começar pelo Estado, grande depositário da herança ibérica e responsável pelo atraso da sociedade, por limitar seu desenvolvimento. O progresso se constitui a partir da inserção no mundo, não do insulamento em meio aos valores ibéricos. Werneck Vianna destaca:

“Abertura ao mundo exterior, interrompendo os quase quatro séculos de relações exclusivas com a Península Ibérica, imigração maciça, reforma constitucional

⁵⁶ CARVALHO, José Murilo, *A Utopia de Oliveira Viana*, In: *Pontos e Bordados: escritos de história e política*, pág. 214. Sobre o positivismo, ver também: CARVALHO, José Murilo, *A utopia positivista no Brasil: um bolchevismo de classe média* In: *Pontos e Bordados: escritos de história e política*.

⁵⁷ BRANDÃO, Gildo Marçal, *Linhagens do pensamento político brasileiro*, pág. 35.

que instituísse a liberdade de comércio, reconhecimento do casamento civil (...) resumiam, em linhas gerais, o programa americanista...”⁵⁸.

Contudo, é algo injusto imputar aos americanistas a ingenuidade de não conhecerem o país em que vivem. Não se trata de ignorar os obstáculos, mas da crença no liberalismo e no modelo anglo-saxão como únicas vias possíveis para o moderno. Ainda com Werneck Viana, ao tratar o maior representante do liberalismo doutrinário no Império, Tavares Bastos:

“Não há fantasia em Tavares Bastos sobre as condições de implementação do sistema de democracia representativa no país – ele reconhece, como seus críticos, que o terreno lhe é adverso. Sua intenção está bem distante de meramente importar uma institucionalidade política anglo-saxônica, pois, a rigor, seu programa de reformas políticas consiste na forma de exprimir seu programa econômico. Programa econômico incompatível com a configuração ibérica do Estado, que, por esta razão, deve ser removido. E não pela sua idealização do sufrágio universal num país onde não havia cidadãos. Juridicismo formalista não era propriamente o caso de Tavares Bastos.”⁵⁹.

A primazia da política, do papel das instituições, é fundamental. A partir desta tese torna-se possível compreender a possibilidade de uma relativa desvinculação entre as instituições e suas condições de desenvolvimento. Já que os modelos políticos podem preponderar sobre as forças sociais, não há razão para não adotar formas políticas mais evoluídas, mesmo que estas colidam, eventualmente, com a realidade nacional. A perspectiva apenas sociológica redundará no atavismo ibérico, que nos aprisiona nesta forma imperfeita de existência, sendo necessários estímulos externos para a superação desta realidade.

Se aproximação entre iberismo e autoritarismo instrumental era, em alguns pontos, problemática, a identificação do americanismo a um liberalismo doutrinário é mais precisa. Cabe atentar para o adjetivo “doutrinário”, uma vez que liberais quase todos o eram, principalmente na política imperial. Com efeito, como abordado anteriormente, os liberais conservadores não deixavam de ser liberais, o que os afastava dos ibéricos autoritários da primeira república.

Os primeiros grandes representantes desta tradição americana se situavam no partido Liberal do Império. Nomes como Tavares Bastos, Alves Branco, Teófilo Otoni, dentre outros, postulavam uma doutrina política própria, amparada

⁵⁸ VIANNA, Luiz Werneck, *Americanistas e Iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos*, In. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*, pág. 159.

⁵⁹ *Ibidem*, pág. 167.

na descentralização administrativa e na redução dos poderes do Imperador, com supressão do poder Moderador e responsabilização política deste. A intervenção do Estado na economia deveria ser ao máximo reduzida, com a implantação do livre comércio, ou ao menos modulada, de modo a beneficiar os empreendimentos comerciais. A política precisa operar como a economia, sendo, portanto, necessário transformá-la através da reforma do Estado ibérico. Trata-se do velho dogma liberal clássico da espontaneidade como melhor caminho, uma vez que ninguém conhece melhor seu interesse do que os próprios indivíduos. “Espontaneidade” construída, já que percepção objetiva do natural não se inclui entre os atributos humanos. Como bem distingue Wanderley Guilherme dos Santos: “Não é de modo algum um Estado não intervencionista. Muito pelo contrário, o Estado liberal está sempre intervindo, a fim de afastar qualquer obstáculo ao funcionamento ‘natural’ e ‘automático’ do mercado.”⁶⁰.

Se mesmo no seu berço a oposição entre mercado e Estado precisa ser mitigada, em terras brasileiras tal relação ganha tintas mais intensas. Os liberais doutrinários do Império, à semelhança dos conservadores, também recorriam ao Estado para a concretização dos seus planos. A distinção se vinculava aos modos de atuação estatal, esta o único meio possível para a concretização do moderno no Brasil. O elitismo comum aos dois grupos, que afastava qualquer possibilidade de recurso às massas, atribuía às elites, inseridas no Estado, esta tarefa de gestação de uma ordem liberal. Ademais os objetivos a serem perseguidos eram bem semelhantes. José Murilo de Carvalho bem retrata estas afinidades:

“Neste sentido, a diferença entre Uruguai e Tavares Bastos, por exemplo, para citar os dois autores paradigmáticos do conservadorismo e do liberalismo monárquicos, respectivamente, seria apenas de meios e não de fins. Ambos tinham o mesmo modelo diante dos olhos, um julgava que para atingi-lo seria necessário fazer um desvio, o outro acreditava que podia ser adotado imediatamente. Um achava que o caminho para o liberalismo era o autoritarismo, o outro, que era o próprio liberalismo. A concordância quanto ao modelo era, aliás, comum ao pensamento dos políticos mais representativos da elite imperial reunidos no conselho de Estado.”⁶¹.

A ordem liberal burguesa era o objetivo, distinguiam-se as estratégias doutrinárias. Quanto à prática, a questão se torna ainda mais nebulosa. Após o

⁶⁰ SANTOS, Wanderley Guilherme, *A práxis liberal no Brasil*, In: *Décadas de espanto e uma apologia democrática*, pág. 52. As críticas aos pressupostos liberais clássicas, à direita e à esquerda, são por demais amplas para serem neste ponto tratadas.

⁶¹ CARVALHO, José Murilo, *A Utopia de Oliveira Viana*, In: *Pontos e Bordados: escritos de história e política*, pág. 213.

interregno “americano” da regência, os liberais, temerosos da desordem, acabam aderindo à agenda conservadora. Os conservadores, por sua vez, com o sistema político do segundo reinado lentamente ruindo, caminham após 1870 na direção oposta⁶². Outras semelhanças remetem ao viés elitista das análises, presente na constante tese da multidão criança⁶³, à interdição do tema da terra, e à omissão na defesa do trabalho livre. Estas questões, cruciais para o percurso americanista, erigiam limites para a real implantação da referida trajetória no Brasil. Como bem define Werneck Vianna: “O americanismo, depois do grande medo das revoltas do período da Regência, abdica de qualquer intenção de revolver o Brasil profundo, constituindo-se numa ideologia especial de liberalismo de Estado.”⁶⁴.

A manutenção do censo político-eleitoral, a contenção do povo, era mais importante do que a efetiva implantação do seu programa. Antes os conservadores que a massa, em formulação que tinha raízes em um passado próximo e será, no futuro, algumas vezes retomada⁶⁵. Os liberais doutrinários carregavam, constantemente, uma ojeriza às raízes brasileiras, ao próprio povo, distinta dos conservadores, que apesar do olhar hierárquico não assumiam esta acrimônia às massas e à cultura. A constante ênfase de Tavares Bastos na necessidade da imigração é bem exemplificativa.

As semelhanças não podem ofuscar as significativas diferenças. A oposição entre americanismo e iberismo no Brasil não era, pelo menos no século XIX, portadora da radicalidade dos seus semelhantes sul-americanos. Tal fato,

⁶² A trajetória de Bernardo Pereira de Vasconcelos, um dos expoentes do partido liberal e futuro fundador do partido conservador, é um exemplo do primeiro caso, sua formulação. Quanto ao segundo movimento temos o exemplo de Nabuco de Araújo.

⁶³ Sobre tal conceito ver LOSURDO, Domenico, *Democracia e Bonapartismo*.

⁶⁴ Sobre tal tese VIANNA. Luiz Werneck, *Americanistas e Iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos*, In. A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil.

⁶⁵ A recusa ao recurso popular remete ao conselho de Dom João VI ao futuro Dom Pedro I e à fenomenal carta de Lindolfo Collor a Vargas, após a revolução de 30, dentre outros episódios. A carta afirma: “...toda coligação de esforços tendentes apenas às conquistas do poder é por demais precária, não sobrevive ao fragor da derrota, à intromissão de elementos extremistas na coligação e à crescente exacerbação dos ânimos (...) tende a conduzir-nos a uma situação em que talvez nos seja impossível evitar a desordem material que nos colocaria agora em face de dilemas verdadeiramente crudelíssimos. O primeiro e fundamental é o seguinte: ficaremos ou não solidários com a eclosão da desordem? Se ficarmos, renegaremos de vez nosso passado orgânico, a tradição conservadora do castilhismo e far-nos-emos co-participes, senão os maiores responsáveis pelo que virá a acontecer. E que acontecerá? Vencida a revolução estaremos desmoralizados e exaustos. Vencedora, quem terá vencido? Nós ou os revolucionários de escala? Quem recolherá o fruto da vitória material – tu ou Luis Carlos Prestes? Cito este nome como símbolo. Evidentemente esta perspectiva é a mais terrível que se poderia antolhar nesta hora (...) está no espírito de todos nós, que um mau governo é ainda preferível à vitória de uma insurreição...”(SILVA, Hélio, *A Grande Marcha*, apud. RANGEL, Altanir Vieira, *Francisco Campos - O Político do poder e o Ideólogo*.)

entretanto, não decorria da indistinção entre as distintas correntes, mas do profundo consenso das elites sobre a primazia da unidade e da ordem. A partir de uma hipótese no futuro do pretérito, conjugação perigosa nos trabalhos históricos, mas profícua para o presente argumento, pode-se imaginar os resultados de uma improvável manutenção da agenda americana após a regência. As consequências da descentralização, da primazia do mercado e do localismo não seriam poucas, com o possível comprometimento até da própria unidade. Os meios não podem ser apartados dos fins na dinâmica política. Não se pode esquecer, ademais, o longo lastro deixado por algumas ideias, mesmo as não-hegemônicas, como bem comprovam as tradições aqui retratadas.

Se, de acordo com a célebre assertiva do Visconde de Albuquerque, os liberais e conservadores parecem semelhantes na atuação política, não se pode esquecer os constrangimentos a eles impelidos pelas estruturas sociais e estatais então vigentes, que condicionavam, significativamente, seus interesses políticos e econômicos. Instituições como o poder moderador, que garantia a hipertrofia do poder pessoal do imperador, e a mútua dependência entre grande propriedade agrária e trabalho escravo. Faoro retrata alguns destes condicionantes.

“Se nada se parece tanto a um ‘saquarema’ como um ‘luzia’, conforme o repetido refrão do visconde de Albuquerque, a realidade jura pela diferença dos partidos, com estilos e tom de voz próprios. O poder os embaraça e os confunde: o certo seria dizer que, no poder, nada separa um saquarema de um luzia, mas o poder, na verdade tem outra estrutura, independente do jogo cênico dos partidos em revezamento no ministério.”⁶⁶

Após hegemonia dos conservadores, na formulação de políticas públicas ao longo do Segundo Reinado, emerge um período de predomínio do programa liberal doutrinário ou americano. Na verdade, o movimento se inicia durante o própria Império, a partir de 1869-1870, quando o artefato político apoiado no Poder Moderador já dava sinais perceptíveis de degeneração. Em 1891 vencem os liberais, com Rui Barbosa como principal artífice de uma ordem americana. A Constituição de 1891 é, talvez, o principal símbolo desta era, texto formalmente liberal, amplamente inspirado na carta americana. A descentralização tão propalada pelos liberais do Império foi concretizada, conferindo um novo papel aos estados com a vigência do regime federativo. Todavia, se o liberalismo econômico, que marcava a constituição, foi em larga escala instaurado, os

⁶⁶ FAORO, Raymundo, *Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro*, pág. 391.

princípios do liberalismo político não tiveram a mesma sorte. Após a erosão da ordem imperial, emergia a necessidade da formulação de uma nova organização, de novos meios de legitimação e funcionamento do poder. A ausência do povo em 1889, o mar de “bestializados”, não delineou uma via democrática crível. A união das elites paulistas, propaladoras do ideário liberal doutrinário, aos militares não teve sucesso, incapaz de estabelecer uma ordem estável nos primeiros anos da república. Renato Lessa os intitula de “anos entrópicos”, dos quais afirma:

“Nem mesmo os que acreditam ter a história algum sentido podem honestamente supor que havia ordem subjacente e invisível a regular o caos da primeira década republicana no Brasil (...) a ideia de entropia, entendida como associação entre estado de anarquia e elevado grau de incerteza, se manifesta a partir da ruptura dos canais de integração entre polis, demos e governo, tal como definidos pela ordem imperial.”⁶⁷.

Mais uma vez o liberalismo doutrinário, a via americana, não se mostra capaz de fundar uma ordem estável. Em experiência semelhante ao período regencial, a fórmula descentralizadora incute nas elites o temor da anarquia. A ausência do Poder Moderador, que constituía, de acordo com a própria expressão de Constant, a chave do sistema político imperial, gera uma lacuna que precisa ser suprida. Após a ordem colonial, com base em um centro externo, e a imperial, construída a partir do Paço, impõe-se a construção de uma nova ordem. Seu arquiteto será Campos Salles, com a aliança entre poderes locais e governo central, a célebre política dos governadores. Defensor do objetivismo tecnocrático na gestão do governo, com a crença em uma administração neutra e apartidária, infensa à instabilidade da política, Campos Sales implanta um modelo amplamente liberal economicamente e descentralizado. O programa americano se efetua, mas não sem se aliar à velha Ibéria, ainda presente nas localidades e representada pelos proprietários rurais, os coronéis. De todo modo, o ponto mais relevante é instaurado, já que, como dito anteriormente, a política não passava de um instrumento para a economia no ideário liberal doutrinário.

Ao lado de Rui, que era sem dúvida o maior expoente liberal do período, figurava Assis Brasil. Americanista clássico, centrando suas críticas na questão da representação, Assis teve influência na reforma eleitoral de 1922. Os problemas de legitimidade derivavam das deficiências institucionais, cujo maior expoente era

⁶⁷ LESSA, Renato, *A Invenção Republicana*, págs. 73 e 74.

o precário sistema eleitoral representativo. Uma vez resolvida esta dissonância, a harmonia do sistema necessariamente emergiria.

Outros atores se apropriaram, em maior ou menor medida, desta tradição americana. Todavia, como já dito em relação ao programa ibérico, não cabe aqui uma exposição exaustiva, mas uma imagem impressionista dos seus principais traços.

2.4

O liberalismo entre o iberismo e o americanismo: breves notas sobre as práticas liberais

O pensamento político-social brasileiro é atravessado pelo ideário liberal, em suas várias facetas. O liberalismo se faz presente não somente nos americanos como também em grande parte dos ibéricos, como os liberais conservadores do Império. Ideologia de origem estrangeira, porém muito peculiarmente apropriada pelas elites nacionais, as ideias liberais expressam, de modo bem claro, a trajetória das doutrinas exógenas em terras brasileiras.

O percurso se inicia no processo de independência. A tentativa de conciliação entre colônia e metrópole fracassa, mesmo sendo a solução mais ao gosto das elites coloniais. A insistência da burguesia portuguesa no restabelecimento do exclusivo colonial, demanda incompatível com a nova condição do Brasil, impossibilita qualquer acordo. A permanência do sistema colonial em muito se vinculava à exterioridade do centro. Com efeito, era a metrópole que dava sentido à aparente balburdia da organização política da colônia. Uma vez criado um centro em plena colônia, aliás o centro de um Império europeu, iniciava-se o processo improrrogável de gestação de uma autonomia brasileira, então inexistente. O impulso não mais vinha de fora, mas de dentro⁶⁸. O retorno não era mais possível, porém o gosto natural das elites pela estabilidade aproximava-as de uma conciliação com as novas forças portuguesas, em um pacto favorável a todos. A intransigência lusa precipita a ruptura. Necessitava-se de uma doutrina que amparasse a independência. O mesmo liberalismo que abreviou a cisão, expresso na intransigência da cortes de Lisboa,

⁶⁸ Esta interpretação do início do processo de independência se vincula às perspectivas do Brasil colônia retratadas por JUNIOR, Caio Prado, *Formação do Brasil Contemporâneo*, e FAORO, Raymundo, *Os Donos do Poder*.

será escolhido, em forma que Emília Viotti denomina “liberalismo heróico”.⁶⁹ O caráter não democrático de grande parte deste liberalismo já estava então expresso, através de sua tranquila conciliação com o escravismo.

A influência das ideias liberais decorre diretamente de uma das medidas destinadas à permanência do pacto colonial. Ante a ausência de universidades na colônia, os filhos da elite foram enviados para as principais escolas da Europa nos anos que antecederam à Independência, vivenciando o ideário inspirador das revoluções burguesas. Ao lado das inspirações ideológicas surgia o exemplo das independências latino-americanas, em geral declaradas contra oposições antiliberais e resultantes na ampla fragmentação da América espanhola. As elites coloniais conheciam, certamente, os pressupostos teóricos e as consequências práticas destas escolhas. A preocupação com a ordem e a unidade, todavia, questão central durante todo o período imperial, impedia qualquer tipo mais radical de liberalismo, como o de Frei Caneca. O temor da participação das massas e da eventual fragmentação, provocada pela descentralização, levam à solução conciliatória, com a aclamação de um monarca europeu nos trópicos.

Uma vez independente o país, impunha-se a tarefa de dotar-lhe de instituições adequadas. Outra vez o ideário liberal se configura como solução, em forma inspirada na França pós-revolucionária, da Restauração e da Monarquia de Julho. Emerge o liberalismo conservador ibérico, inspirado em Benjamin Constant e Guizot, fruto da preocupação com a unidade e a ordem. A liberdade viria se e quando possível, e mesmo assim não se trata de liberdade para todos. Excetuavam-se alguns, como frei Caneca, mais afeito às construções jacobinas de Robespierre. O liberalismo também era instrumento de luta contra os desígnios despóticos de Dom Pedro I. A defesa da anterioridade do Imperador, sobranceiro ante a representação e a constituição, em tese claramente antiliberal, tem uma vitória parcial na dissolução da constituinte de 1823, mas acaba por criar atritos com liberais e conservadores, precipitando sua queda. Neste contexto, o liberalismo se vinculava à ideia de uma monarquia constitucional, com limitação do poder do rei e descentralização em relação à corte. Emergia um cenário de confronto entre partes de uma quase unanimidade liberal.

⁶⁹ VIOTTI, Emilia, *Liberalismo: teoria e prática*, In: *Da Monarquia à República*.

Derrubado o monarca após o sete de abril, inicia-se o período regencial, experiência concreta dos ideais americanistas de parte da elite brasileira. Através do ato adicional de 1834 e do código de processo criminal de 1835 instaura-se um regime amplamente descentralizado, amparado na eletividade do juiz de paz, na guarda nacional e no júri. As localidades ganham nova relevância, com a redução do poder central e a temporária supressão do Poder Moderador. Senado e Conselho de Estado não mais definem plenamente a política nacional, agora habitada por novos personagens locais

As inúmeras revoltas regenciais, trazendo à tona o medo da plebe, da anarquia e da fragmentação levam à conciliação da maioria, verdadeira “hipoteca dos americanistas aos iberistas detentores do poder”. Do senso comum liberal doutrinário passa-se ao amplo predomínio conservador, expressão de um outro liberalismo. A célebre apostasia de Bernardo Pereira de Vasconcelos, um dos líderes do partido liberal e fundador do partido conservador, expressa bem esse movimento intelectual.

“Fui liberal, então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas ideias práticas; o poder era tudo: fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade, que então corria o risco pelo poder, corre agora o risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, hoje quero servi-la, quero salvá-la, e por isso sou regressista. Não sou trãsfuga, não abandono a causa que defendo, no dia de seus perigos, de sua fraqueza; deixo-a no dia em que é tão seguro o seu triunfo que até o excesso a compromete.”⁷⁰

Em nome da ordem, insta cuidar do potencial anárquico do liberalismo. O pensamento saquarema vincula a solução ao autoritarismo instrumental, uma vez que antes da Inglaterra era preciso passar pelo modelo francês da Restauração, bem temperado com herança ibérica. Aos liberais conservadores se opunham os doutrinários, encastelados no partido liberal, com seu programa de descentralização e redução dos poderes do monarca. O crescente medo das massas e a força da reação centralizadora, iniciada com a maioria, oprime progressivamente os liberais, resultando na conciliação. Após a ação e a reação, vinha a transação, nos termos do preciso esquema de Justiniano José da Rocha⁷¹.

⁷⁰ Apud, FAORO, Raymundo, *Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro*, pág. 369.

⁷¹ ROCHA, Justiniano José, *Ação, reação e transação*: In: MAGALHAES JR., Raymundo de, *Três panfletários do Segundo Reinado*.

Após os dez anos da Conciliação, emerge novamente o reformismo dos liberais, em muito vinculado aos problemas endógenos do próprio regime, já não tão eficiente para administrar os conflitos. Em movimento oposto, os conservadores iniciam uma migração rumo à agremiação liberal.⁷² O liberalismo, ou pelo menos um dos liberalismos, retorna à posição de contestação, mesmo que branda, do regime estabelecido, ainda que permaneça vinculado aos homens do Estado. Surge, porém, uma nova fonte de instabilidade, do seio da ala mais radical do partido liberal: o movimento republicano. Estabelecer qualquer linhagem republicana ao longo do Império, como algo claramente definido, constitui tarefa árdua. Mesmo alguns atores liberais, cujas ideias em muito se aproximavam dos preceitos republicanos, como o periódico “A Nova Luz Brasileira”, não se afirmavam publicamente enquanto tais.

Wanderley Guilherme dos Santos caracteriza os partidos a partir de seus silêncios: enquanto o partido liberal defendia a abolição e silenciava quanto à república, o partido republicano propalava os ideais republicanos e calava diante da escravidão. A razão é clara. O governo e os proprietários constituíam os dois principais focos de poder à época. Não havia, destarte, como alcançar quaisquer objetivos desagradando a ambos⁷³.

Com a proclamação da república, retorna outra vez ao centro o programa liberal doutrinário, em moldes americanistas. Agora, todavia, distintamente dos liberais do Império, “ainda presos ao entendimento de que o juízo político deriva do juízo geométrico”⁷⁴, os novos americanos recorrerão à Ibéria para implantar seu liberalismo econômico. *Laissez-faire* nas relações de trabalho, estado de natureza hobbesiano nas localidades, esta era a forma do pacto-oligárquico da República Velha⁷⁵. O sucesso da fórmula, no que tange a conservação do regime, não pode ser negado. O referido momento constitui, até hoje, o de mais longa permanência de uma mesma ordem jurídica, em pese suas contradições internas, que acarretaram sua decadência endógena⁷⁶. A constituição de 1891, expressão do predomínio liberal à época, não teve efetividade em seu conteúdo

⁷² VIOTTI, Emilia, *Liberalismo: teoria e prática*, In: *Da Monarquia à República*.

⁷³ SANTOS, Wanderley Guilherme dos, *A práxis liberal no Brasil*, In: *Décadas de espanto e uma apologia democrática*, pág. 31.

⁷⁴ FAORO, Raymundo, *Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro*, pág. 340.

⁷⁵ SANTOS, Wanderley Guilherme, *Razões da Desordem*, pág. 20.

⁷⁶ Para uma caracterização da Primeira República como um caso decadência liberal de caráter endógeno ver LESSA, Renato, *A Invenção Republicana*.

manifestamente político, deixada a política às localidades, à razão do mais forte. À União, por sua vez, competia a administração, a neutralidade na gestão dos conflitos, assim como o auxílio ao livre jogo econômico e a total abstenção nas relações de trabalho, também reguladas pela força pura.

Após seu apogeu na primeira república, se segue o período de menor influência do discurso liberal na história brasileira. Em sintonia com o pensamento europeu, o discurso antiliberal ganha fortes tintas no debate público brasileiro, através de pensadores como Oliveira Viana, Francisco Campos, Azevedo Amaral, dentre outros. Descendentes de uma linhagem ibérica que remete aos saquaremas, eles se distinguem destes por sua franca oposição a liberalismo. O regime de 1891 era tido como fruto dos devaneios liberais, que esquecem os fatos em prol das teorias. De fato, são estes defensores de uma ideologia de Estado que darão o tom do Estado Novo. Contra eles, ou contra o mais relevante ator político identificado com tal ideário, Vargas, se estrutura, após breve desorganização, a oposição liberal, reunida na UDN.

2.5

Liberalismo, autoritarismo instrumental e ordem burguesa

Refletir sobre o liberalismo no Brasil implica conhecer as relações entre um ideário e sua gênese. Teoria estrangeira na origem, carregada com as marcas do outro lado do oceano, a doutrina liberal encontrou no país os mais distintos usos e formas. A sorte do liberalismo neste outro ocidente ⁷⁷ não constitui, definitivamente, mera imitação de padrões europeus, mas um amplo processo de resignificação deste ideário, ante condições sociais e ideológicas amplamente distintas. As contradições entre a suposta pureza teórica europeia e a realidade, repleta de elementos adversos a algumas de suas supostas premissas, antes contribuem para uma longa tradição de criação política do que caracterizam uma produção intelectual menor. A sofisticação do pensamento social de um país também é definida por sua capacidade de se apropriar criativamente de teorias exógenas ⁷⁸.

⁷⁷ A expressão é de MERQUIOR, José Guilherme, *O outro Ocidente*.

⁷⁸ Como bem aponta Werneck Vianna “O nível de maturidade de uma universidade, especialmente em situação periférica como a nossa, pode ser indicado pela sua capacidade de apropriar-se do pensamento clássico e, de modo ainda mais seguro, quando a interpelação aos fundadores de uma certa tradição disciplinar não se limita às traduções, mas pretende, por esforço próprio, estabelecer

Toda a discussão sobre o famoso texto de Roberto Schwarz, “As ideias fora do lugar”⁷⁹, passa por tal ponto. Sem qualquer preocupação com a intenção do autor, uma vez que os conceitos ultrapassam em muito as volições individuais, o artigo pode ser lido como o relato das agruras do universalismo no Brasil. Universalismo que se aproxima de grande parte da tradição liberal europeia, em que pesem as exceções como Stuart Mill. O texto retrata as dificuldades de conceber um caminho único para o moderno, em sociedade tão dispare das europeias. Neste sentido, a crítica de Maria Sylvia de Carvalho Franco, por sinal uma das inspiradoras de Schwartz com seu trabalho sobre o favor e os homens livres,⁸⁰ não se contradiz com a tese. De fato, dado o caráter global do capitalismo e a relação de dependência entre as nações centrais e as subdesenvolvidas, o liberalismo é plenamente funcional à realidade brasileira. Ele não se incompatibiliza com institutos tais como o favor ou a escravidão, uma vez que a suposta liberdade no centro pressupõe a opressão na periferia. A dissociação entre países exportadores e importadores de teorias, ademais, nos moldes de uma divisão internacional do trabalho, não retrata o caráter global do capitalismo. Nas palavras de Maria Sylvia:

“... colônia e metrópole não recobrem modos de produção essencialmente diferentes, mas são situações particulares que se determinam no processo de interno de diferenciação do sistema capitalista mundial, no movimento imanente de sua constituição e reprodução. Uma e outra são desenvolvimentos particulares, partes do sistema capitalista, mas carregam ambas, em seu bojo, o conteúdo essencial – o lucro – que percorre todas as suas determinações. Assim, a produção e a circulação de ideias só podem ser concebidas como internacionalmente determinadas, mas com o capitalismo mundial pensado na forma indicada, sem a dissociação analítica das suas partes.”⁸¹.

Schwarz, todavia, em nenhum momento exclui o Brasil do sistema capitalista, mas tão somente delinea a dificuldade das ideologias dominantes, naturalmente universalizantes e simplificadoras, nas periferias, referindo-se ao Brasil de Machado de Assis e aos grandes romances russos. A crítica seria mais evidente longe do centro. A idealização do mundo europeu e anglo-americano

o sentido da sua obra”. (VIANNA, Werneck, *Weber e a interpretação do Brasil*, In: *Novos Estudos CEBRAP* 53, pág. 33)

⁷⁹ SCHWARZ, Roberto, *As ideias fora do lugar*, In: *Ao vencedor as batatas*.

⁸⁰ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho, *Homens livres em uma ordem escravocrata*.

⁸¹ Idem, *As ideias estão no lugar*, In: *Cadernos de debate 1, História do Brasil*.

também não se faz presente no texto, haja vista que o caráter ideológico do liberalismo na Europa é constantemente reiterado. A distinção fundamental se ampara no seu poder descritivo, muito menor na periferia.

O liberalismo aos moldes europeus nunca se implantou efetivamente no Brasil. Houve, é claro, liberalismo em terras brasileiras, mas antes que importação tratou-se de uma invenção própria, para a qual o sentimento de inadequação do ideário liberal europeu foi causa fundamental. Mesmo os liberais americanos, críticos da tradição ibérica, se viram obrigados a, voluntária ou involuntariamente, fazer uma hipoteca à velha Ibéria, que sempre se fez presente nas localidades. Nos dois momentos de ampla vigência do projeto americanista, a Regência e a Primeira República, as localidades se inseriram, à força no primeiro caso, mediante insistente convite no segundo.

Mesmo ausente em forma pura, sua ampla presença como experiência concreta é inegável. O modelo liberal de constituição do moderno atravessou o pensamento e a prática política brasileira, seja como fim a ser alcançado, meio carente de viabilização ou, mais raramente, inimigo a ser combatido. Este “liberalismo em geral”, detectado por Gildo Brandão, leva Wanderley Guilherme dos Santos a afirmar a construção de uma ordem burguesa como tendência central do pensamento político-social brasileiro:

“Desde a independência o problema teórico e prático predominante e de alta visibilidade das elites políticas e intelectuais brasileiras tem sido fundamentalmente este: de que modo implantar e garantir eficiente funcionamento da ordem liberal burguesa. A diferença entre os liberais e conservadores do século XIX reduz-se a divergências sobre estratégias de ação, incorrendo os liberais em reificação institucional – enquanto os integralistas do século XX, do mesmo modo que os individualistas radicais da década de 70, incorrerão em reificação ética – em contraste com os conservadores, atentos para o tecido de relações que garante a eficácia das instituições.”⁸².

E ainda:

“É claro que ensaios de formulação distinta foram tentados ao longo da história. Contudo, raros, se algum, conseguiram escapar ao fascínio da concepção burguesa de sociedade, mesmo quando travestidos de retórica revolucionária, ou à repetição de um marxismo esterilmente acadêmico. Por outro lado, os escravocratas radicais do século XIX podem ser melhor compreendidos quando se analisa a concepção que sustentavam como uma tentativa de conciliar duas ordens distintas, a escravista e a de mercado.”⁸³.

⁸² SANTOS, Wanderley Guilherme dos, *Paradigma e História: a ordem burguesa na imaginação social brasileira*, In: *Roteiro Bibliográfico do Pensamento Político-Social Brasileiro*, pág. 57.

⁸³ *Ibidem*, pág. 70, nota 59.

O caráter controverso desta perspectiva é incontestável, principalmente em relação a alguns ibéricos, como os positivistas e certos autoritários. As razões não decorrem da divergência da prática liberal no Brasil ante a deontologia liberal da Europa e dos Estados Unidos. De fato, a aliança entre liberalismo econômico e autoritarismo político não é nem um pouco rara.⁸⁴ Também não cabe falar de Liberalismo, mas de liberalismos, não sendo a escravidão incompatível com o pensamento de diversos expoentes liberais.⁸⁵ Nem mesmo o caráter manifestamente agrário de alguns pensadores seria motivo, uma vez que cultores da ordem burguesa, como Tavares Bastos, advogavam a vocação agrária do Brasil. Capitalismo e agrarismo não se incompatibilizam. O viés antiliberal de alguns autores, entretanto, parece predominar sobre as considerações acerca de instrumentos e estratégias, como é o caso do último Oliveira Vianna, o do corporativismo, que instrumentaliza a ordem burguesa para conservar o ideal ibérico⁸⁶.

Tal tese, de todo modo, é sem dúvida instigante, com grande capacidade explicativa do imaginário político-social brasileiro. A concepção se coaduna com a periodização metodológica proposta pelo próprio Wanderley Guilherme. As análises políticas do século XIX seriam marcadas por “um tipo maquiavélico de percepção. A política é vista como permanente disputa pelo poder, empreendida por homens hábeis e experientes, onde o conteúdo específico de orientações políticas alternativas é avaliado segundo os resultados táticos-políticos que produz.”⁸⁷ Euclides da Cunha, entretanto, teria fundado em seu ensaio “Da Independência à República”, de 1900, um novo modo de análise política, amplamente hegemônico ao menos na primeira metade do século XX. O modelo se funda na existência de uma dicotomia, responsável pelos problemas analisados e amparada em algum momento da formação histórica brasileira⁸⁸.

⁸⁴ BERCOVICI, Gilberto, *Constituição e Estado de Exceção Permanente: a atualidade de Weimar*.

⁸⁵ LOSURDO, Domenico, *Democracia e Bonapartismo*. e *Idem, Contra-História do Liberalismo*.

⁸⁶ VIANNA, Luiz Werneck, *Americanistas e Iberistas: a polémica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos*, In. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*.

⁸⁷ SANTOS, Wanderley Guilherme dos, “Raízes da imaginação política brasileira”, In: *DADOS* 7, pág. 148.

⁸⁸ Wanderley Guilherme assim define: “Embora este esquema seja apenas incidental no contexto geral do ensaio, é altamente importante na medida em que estabelece a fórmula intelectual para a análise política que estava por vir, a saber: descobrir uma dicotomia a qual possa ser racionalmente atribuída a origem de crises eventuais; traçar a formação da dicotomia no passado histórico

A razão para tal estrutura dicotômica pode ser em muito explicada pela constante presença do externo, das vias anglo-americanas e francesas de acesso ao moderno, sempre cotejadas a um Brasil profundo que Euclides tão bem retrata. Mesmo os antiliberais tinham este modelo de sociedade anglo-americana em mente, nem que fosse para contestá-lo, refutando-o como ilusão em prol da realidade ibérica. De fato, tal esquema é distinto da disjunção entre ser e dever ser presente em grande parte das obras políticas. Não se destaca uma cisão entre teoria e realidade, mas de divisão no próprio real, como um limite para as teorias usuais. As teses mais correntes não dariam conta de parte da sociedade brasileira, a qual se vê aprisionada a lógicas exógenas.

O referido fenômeno não ocorre, contudo, apenas pelos movimentos na ordem das ideias. O modelo dicotômico de compreensão da realidade é contemporâneo, e certamente consequência, da emergência de uma sociedade de massas no Brasil. Não à toa o apogeu deste esquema de interpretação advém na década de 1930, em meio ao predomínio dos autoritários, cujo pensamento em muito se vincula a tal questão. Tanto o corporativismo de Oliveira Viana quanto o cesarismo de Francisco Campos almejam construir um novo modelo de legitimidade política, alternativo às perspectivas marxista e liberal, com o escopo de promover uma integração subordinada das massas. Na compreensão de autores como Campos e Azevedo Amaral ⁸⁹, decorria da sociedade de massas um exacerbamento dos conflitos políticos, que tornava-os incompatíveis face a sociedade liberal.

Ante questões desta natureza cabe indagar, a partir de uma preliminar adesão à premissa de Wanderley Guilherme dos Santos, o tipo de ordem burguesa que atravessaria o pensamento político-social brasileiro. Considerado o caráter necessariamente inventivo da adoção de ideias e práticas políticas no Brasil, e a variedade de ordens inerente aos diversos meios de consecução deste ideário, deve-se refletir sobre os significados da construção de uma organização burguesa em tal meio a tais condições.

nacional; propor a alternativa política para a redução da dicotomia. Tal é a estrutura básica que fundamenta alguns esforços intelectuais para apreender a sociedade brasileira, da época de Euclides até o momento em que se torna o paradigma indiscutível na década de 30.”(*Ibidem* pág. 150-151).

⁸⁹ CAMPOS, Francisco, *O Estado Nacional* e AMARAL, Azevedo, *O Estado autoritário e a realidade nacional*.

A primeira constante, nos distintos arquétipos propostos, é a questão das massas. A recusa à solução popular é um pacto não expresso, porém fático, entre liberais doutrinários e liberais conservadores no Império. A ampla concordância sobre a necessária garantia da unidade e da ordem importa a distância das classes perigosas, afeitas à pulha e à anarquia. O recurso aos de baixo era um dos limites da saída puramente americana e, provavelmente, uma das causas da constante dependência dos americanos em relação aos ibéricos. O povo sempre capitulava em suas manifestações, com os dissidentes neutralizados pelas elites. Sérgio Paulo Rouanet identifica em “O Alienista”, de Machado de Assis, uma sátira à impotência dos movimentos populares na sociedade brasileira da época, desde a escolha do nome, “canjicas”, até a lamentável subserviência dos líderes ante a afirmação enérgica de um membro da elite intelectual, o já louco Simão Bacamarte, “quando este diz que não presta conta dos seus atos a ninguém, só aos seus mestres e a Deus.”⁹⁰. Os revolucionários são incapazes de construir uma real oposição à ordem, não por qualquer tipo de limite natural, mas porque a cena de Itaguaí impedia outros desígnios.

O argumento mais corrente entre os liberais conservadores versava sobre a incapacidade de autogoverno do povo, afirmando a minoridade do *demos*, que reclamava, naturalmente, um Estado pedagógico a conduzi-lo pelos caminhos da ordem. A multidão não tinha maturidade para escolher corretamente. Ela necessitava das elites, que conheciam melhor o bem de todos. A representação não se vinculava a mandatos, era simbólica. Não eram representados interesses específicos, mas o interesse da pátria.⁹¹ Em termos hobbesianos o ator definia os autores, que a ele estão incondicionalmente submetidos, ou, como bem define Raymundo Faoro: “O regime é representativo – o rei está no lugar da nação e em seu nome exerce o poder – mas o governo, como atividade e manifestação jurídica, nada tem de representativo.”⁹².

Dentre os liberais doutrinários a crença era semelhante, somente os meios divergiam, uma vez que não seria pela pedagogia do Estado, mas através da construção de adequadas instituições que se alcançaria o moderno. A insuficiência

⁹⁰ ROUANET, Sérgio Paulo, *Machado de Assis e o mundo às avessas*, In: SENNA, Marta de (org.), *Machado de Assis: cinco contos comentados*.

⁹¹ Para o conceito de representação simbólica ver PITKIN, Hanna, *Representação: palavras, instituições e ideias*.

⁹² FAORO, Raymundo, *Os Donos do Poder*, pág. 417.

da representação, prejudicada pela hipertrofia e excessiva centralização estatal era o problema central. A questão central, todavia, não era o alargamento dos representados, a inclusão dos apartados da política, mas uma representação mais adequada dos já incluídos. Não se trata de uma fundação democrática, mas de uma institucionalidade liberal. Liberalismo atrelado a uma premissa aristocrática, a crença de que alguns, os melhores, aqueles adequadamente formados, podem exercer as tarefas públicas. Os liberais da primeira república persistem neste discurso, enfrentando, todavia, um cenário diverso. A existência das massas urbanas já constituía uma inegável realidade. A solução, todavia, veio de outra tradição, com as manifestações populares legadas ao sabor do iberismo das localidades.

Os críticos antiliberais retomarão a mesma linha da argumentação saquarema sobre a multidão criança, ressaltando a preeminência dos devaneios passionais na multidão, em antítese aos requisitos necessários à fria realidade da política. Os tempos eram outros, não mais importavam os debates acalorados sobre questões genéricas; a atuação do Estado, cada vez mais ampla e necessária, reclamava uma ampla expertise técnica, o conhecimento exaustivo e científico dos assuntos. Delineia-se um discurso competente,⁹³ que promove a radical separação entre a política, restrita às questões gerais, e a técnica, paradigma absoluto do novo Estado interventor. O povo precisava aclamar o regime, dar-lhe legitimidade, mas não dele participar, sob pena de contrariar o próprio interesse nacional.

Não cabe reduzir todas às questões à contenção das massas, como se os inúmeros temas debatidos sempre remetessem a uma preocupação única, ou decorressem de uma irrestrita unidade de pensamento dos autores. Não é, definitivamente, o caso. Trata-se, antes, de conceber a igualitária participação das massas como um limite, que condiciona as práticas políticas de distintos matizes ideológicos, em prol da manutenção da escassa inclusão política que caracteriza a história brasileira. Impede, por exemplo, a adesão efetiva a uma ordem burguesa à moda inglesa ou americana, com o caráter inclusivo a elas atrelado, apesar da confessada admiração de vários componentes das referidas elites ante tais modelos. Um ponto a ser ressaltado é a reiterada omissão liberal, no que tange a

⁹³ Sobre o tema ver CHAUI, Marilena, O discurso competente, In: Cultura e cidadania: o discurso competente e outras falas.

inclusão material das camadas menos favorecidas. De fato, os dois grupos que formularam propostas concretas neste terreno eram notoriamente antiliberais e partidários de um autoritarismo instrumental: os positivistas ortodoxos e os autoritários da primeira metade do século XX.

Outra crença, derivada da primeira tese, se refere a uma compreensão amplamente consensual da política. A partir da distinção de Ranciere ⁹⁴ pode-se identificar um *ethos* policial no pensamento político brasileiro. Os debates não tratariam propriamente sobre política, quando compreendida como dissenso, constituição das subjetividades em meio ao confronto, aspiração de uma parte a se tornar todo, mas sobre polícia, ou seja, sobre a disposição e organização de corpos. A ordem burguesa, que permeia a imaginação política brasileira, se estrutura para evitar o conflito, ou ao menos os conflitos que ultrapassem a superfície, e ameacem integrar os de baixo. Dos luzias aos saquaremas, dos antiliberais aos liberais pré-30, todos nutrem uma verdadeira ojeriza ao dissenso, visto como sinônimo de anarquia. Nas supracitadas palavras de Lindolfo Collor: “está no espírito de todos nós, que um mau governo é ainda preferível à vitória de uma insurreição.” ⁹⁵.

A expressão desta acrimônia ao conflito é muito bem retratada por Justiniano José da Rocha, em sua obra “Ação, reação e transação”. Exceção aos analistas maquiavelianos do Império, seus contemporâneos, Justiniano teorizou sobre a sequência histórica dos movimentos intelectuais, a partir do “estudo refletido da história”, tendo confirmação “pela razão e pela ciência do político.” Inspirado na descentralização imperial, na posterior reação conservadora e, por fim, na Conciliação, o autor afirmava que “Na luta eterna da autoridade com a liberdade há períodos de ação; períodos de reação, por fim períodos de transação.” ⁹⁶. Os dissensos não produziram bons frutos, os quais necessitavam da convergência racional, da transação pacífica entre os diversos pontos de vista. Não existia liberdade fora da ordem, sempre fundada na unidade do território e na seletividade dos direitos políticos.

⁹⁴ RANCIERE, Jacques, O Desentendimento.

⁹⁵ SILVA, Hélio, *A Grande Marcha*, apud. RANGEL, Altanir Vieira, *Francisco Campos - O Político do poder e o Ideólogo*.

⁹⁶ ROCHA, Justiniano José, *Ação; reação; transação. Duas palavras acerca da atualidade*. In: MAGALHAES JR, Raymundo, *Três Panfletários do Segundo Reinado*, pág. 163.

Campos Sales é outro nobre membro desta linhagem. Profundo crítico da política partidária, mais afeita à balbúrdia que à administração, fim precípua do governo, ele almejava apartar as decisões mais relevantes das querelas partidárias. Ao governo competia a administração, típica atividade policial de disposição de corpos, enquanto a política situava-se nas localidades, sobranceiras ao próprio legislativo.

Os antiliberais da primeira metade do século XX, como já previamente tratado, também vociferavam contra o partidarismo e o conceito formal de democracia. Os partidos prejudicavam o conhecimento do interesse nacional, alcançável somente pela expertise técnica do Estado. Os apologistas do voto e da representação não passam de amantes da “política silogística”, que substituíam a realidade às teorias, defensores de democracia formal que contrariava a verdadeira democracia, a democracia material, que consistia no conhecimento do verdadeiro interesse nacional.⁹⁷

O elitismo é outra característica reiterada no esforço de constituição desta ordem burguesa. A crença na política como tarefa adequada às elites, intelectuais ou políticas, é tema recorrente nas reflexões sobre o Brasil. A tese é consequência direta das duas concepções anteriormente tratadas. De fato, sendo as massas afeitas à anarquia e a política eficiente estranha ao dissenso, o elitismo surge como conclusão lógica e incontestável, por vezes acompanhado do moralismo. Tal conjugação depende das causas diretas da presciência das elites. Afinal, se as elites são superiores apenas por melhores oportunidades educacionais, a questão é transitória, podendo, provavelmente, ser resolvida por algumas doses de autoritarismo instrumental, somado ao adequado exercício do papel pedagógico do Estado. Liberais conservadores do Império e alguns críticos autoritários antiliberais adotam esta perspectiva, certamente a mais corriqueira no pensamento social brasileiro. Por outro lado, os argumentos podem ser mais naturalistas, como na doutrina integralista, defensora de “que o problema da legitimidade de um governo não democrático é passível de solução, a partir do momento em que se admite a existência de desigualdades ‘naturais’ entre os homens.”⁹⁸. Deste modo, o elitismo seria inerente à própria ideia de Estado moderno.

⁹⁷ Sobre a ideologia antipartidária no pensamento político brasileiro ver SOUZA, Maria do Carmo Campello, *Estados e Partidos Políticos no Brasil 1930-1964*.

⁹⁸ SANTOS, Wanderley Guilherme dos, *A práxis liberal no Brasil*, pág. 43.

Os liberais doutrinários, do Império e da primeira república, também incorrem na naturalização da diferença. Ao lado do tema da representação, que deveria ser aperfeiçoada, emerge a vinculação, principalmente na primeira República, entre o insuficiente desempenho das instituições e a má qualidade dos homens públicos. O rei só tinha um corpo, público e privado ao mesmo tempo⁹⁹. Se na política dos EUA, referência inspiradora, os homens públicos reiteram, em clara manifestação das raízes republicanas, a presciência dos homens sobre as instituições, os americanistas brasileiros seguem percurso distinto. As razões dos problemas do regime de 1891 estão nas pessoas, não nas formas políticas. A defesa das vantagens da imigração, presente em liberais do Império como Tavares Bastos, demonstram esta personificação da política dos liberais doutrinários. Ironicamente, os americanistas, nesta linha de raciocínio, se aproximam do conceito de pessoa, proveniente do iberismo católico, e não do universalismo do conceito de indivíduo, que prescindiria de lastro histórico em virtude da natural persecução do melhor interesse, em mais uma hipoteca dos liberais doutrinários aos orgânicos. O moralismo emerge principalmente desta última linha de argumentação. Apesar de soluções autoritárias estarem muitas vezes atreladas a juízos negativos sobre a índole do brasileiro, é nos liberais que as soluções mais se vincularão à natureza dos homens de Estado.

2.6

Conclusão

A exposição acima traçada corre o risco de simplificar por demais a multiplicidade do pensamento político-social brasileiro, reduzindo-o a duas perspectivas antagônicas, americanismo ou iberismo, em que pese as reiteradas tentativas de identificar nuances e distinções internas às linhas, na distinção entre os tipos e momentos do iberismo, no relato da mudança de perspectiva dos americanos. A limitação histórica também aumenta o sentimento de uniformidade. Com efeito, o presente capítulo se restringe até o fim do Estado Novo, tentando delinear alguns antecedentes, práticos e teóricos, do liberalismo udenista do interregno democrático de 1946-1964. De todo modo, o objetivo era expor e problematizar um dos modos, o atualmente hegemônico, de estruturar as

⁹⁹ KANTOROVITZ, Ernst, *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia medieval*.

tradições do pensamento social brasileiro, compreendido como teoria e prática. A existência de algumas continuidades entre as duas tradições, e a omissão de certos atores pode, infelizmente, retratar a reflexão política brasileira como necessariamente inserida em uma dinâmica conservadora. Corre-se o risco de incidir na desvalorização do distinto, da ruptura, contribuindo para o propalado discurso que não vê discordâncias, e desvaloriza todos os movimentos de subversão à ordem registrados, com seus respectivos ideólogos. Deste modo, as revoltas imperiais são sem importância, Canudos e Contestado delírios de fanáticos, dentre outros exemplos. A resistência só ganharia beleza quando efetuada para além de nossas fronteiras. Não é esse o objetivo, mas, versando o trabalho sobre um ator político que reitera algumas questões recorrentes do pensamento social brasileiro o trabalho se concentrou, primordialmente, nas perspectivas hegemônicas. Cabe, entretanto, esta ressalva: é possível contar uma história distinta, que passe por Frei Caneca, Timandro, Astrojildo Pereira, dentre outros.